

Empresa: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA  
Usuário: VALTER MELO - Data: 31/03/2022 - Hora: 04:51

**Data do Pedido: 31/03/2022**

**Data Limite para Entrega de Proposta:**

**Projeto: 1533 - EDGE PRYSMIAN PRYNSPEC**

**Comprador: VALTER MELO**

**Coordenador: RODRIGO DE BARROS PAES**

Estando a FUNDEPES - FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA - interessada na aquisição de Serviço, para atender ao Convênio: 1533 - EDGE PRYSMIAN PRYNSPEC, este departamento solicita a Vossa Senhoria, apresentar proposta comercial, de acordo com as especificações constantes neste documento, em moeda nacional.

A presente aquisição é regida pelo decreto nº 8.241/14.

Sub-Grupo	Material/Serviço	Unidade	Quantidade
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	<b>SERVIÇO DE BANCO DE DADOS</b>		1,00
Detalhe do Material/Serviço:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AJUSTE DE RFC NO SISTEMA PRYNSPEC A EMPRESA DEVERÁ ATUAR EM EFETUAR AJUSTES NAS RFCS DO PRYNSPEC, CONFORME ABAIXO: AJUSTES NOS DADOS DA RFC MTO: ? A RFC NÃO ESTÁ TRAZENDO A UNIDADE DE MEDIDA CORRETA E TAMBÉM NÃO ESTÁ TRAZENDO O STATUS DA ORDEM DE PRODUÇÃO. ? EM ALGUNS CASOS NÃO ESTÁ TRAZENDO A ORDEM DE PRODUÇÃO, SENDO QUE ISSO OCORRE DEVIDO AO FATO DO VÍNCULO DA OP COM A OV PODER SER FEITO DE DUAS FORMAS. A RFC IRÁ TER DE CONSIDERAR AS DUAS. AJUSTES NOS DADOS DA RFC MTS: ? A RFC NÃO ESTÁ TRAZENDO TODO O CONTEÚDO DO TEXTO DO FISCAL, PODE SER QUE ESTEJA TRAZENDO ATÉ 255 CARACTERES NO MÁXIMO. COMO O CAMPO É DE TEXTO LIVRE NO SAP, NÃO HÁ MUITO O QUE FAZER, NÓ MÁXIMO AUMENTAR O CAMPO PARA 512 CARACTERES NA RFC PARA TRAZER MAIS DADOS. ? O STATUS QUE ESTÁ TRAZENDO NA RFC PARECE ESTAR ESTRANHO EM COMPARAÇÃO COM O QUE ESTÁ NO SAP.		
Local Previsto p/ Entrega/Execução:	AV. LOURIVAL MELO MOTA, S/N, INSTITUTO DE MATEMÁTICA - EDGE, MACEIÓ, TABULEIRO, AL		
<b>As mercadorias entregues deverão vir acompanhadas da documentação fiscal, juntamente com cópia da ordem de fornecimento/serviço, no horário estabelecido.</b>			

**VALIDADE DOS PRODUTOS:**

Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente em embalagens originais, contendo: procedência, marca prazo de validade, entre outros (no que couber) e de acordo com a legislação em vigor, observadas as suas especificações.

Os produtos devem ter na data de entrega, no mínimo 80% (oitenta por cento) do seu prazo de validade ainda por vencer, com data de validade impressa em cada item.

Todas as despesas com transporte correrão por conta da contratada, em caso de frete o valor deverá ser embutido no preço da proposta, exceto em caso de importação.

Orientações para envio de proposta: Em papel timbrado e assinado por pessoa legalmente autorizada, enviada como anexo por e-mail ao endereço (servicos@fundepes.br). O serviço deverá ser cotado informando o prazo para conclusão. O prazo para pagamento é de até 30 dias após a conclusão do serviço. Notas fiscais devidamente atestadas, protocoladas entre os dias 01 a 15 - Pagamento dia 30 ou 31 do mês corrente. Notas fiscais devidamente atestadas, protocoladas entre os dias 16 a 31 - Pagamento dia 15 do mês subsequente. A Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES é consumidor final. Certos da atenção dispensada colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

**PENALIDADES:**

- 1.1 - Pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:
- a) ADVERTÊNCIA - sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
  - b) MULTA - no valor de 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação;
- 1.2 O fornecedor que ensejar o retardamento da execução da Seleção, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de participar de Seleção e contratar, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.